

ATA DA XXIX PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE MAIO DE 2016

– ARACAJU/SE

1 Aos dezanove dias do mês de maio de 2016, as 9h30, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São  
2 Francisco - CBHSF reuniram-se no auditório do Hotel Quality, situado na Rua Delmiro Gouveia, nº 100, Bairro  
3 Coroa do Meio, Aracaju, Sergipe, para participarem da XXIX Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os**  
4 **seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA – Companhia de Saneamento de Minas  
5 Gerais; Ana Paula Leal Meira, EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento; João Raphael Silva de  
6 Queiroz, COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento; Valeska Cavalcante da Costa, CASAL –  
7 Companhia de Saneamento de Alagoas; José Edson Leite Barreto, DESO – Companhia de Saneamento de  
8 Sergipe; João Carlos de Melo, IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração; Wagner Soares Costa, FIEMG -  
9 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, SIAMIG – Sindicato da Indústria  
10 de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais; Sérgio Bastos, FIEB – Federação das Indústrias do Estado  
11 da Bahia; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; José Cisino Menezes Lopes, AIBA -  
12 Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF - Associação dos  
13 Fruticultores da Adutora da Fonte; Heron Ouriques Gomes, UNIVALE - Associação dos Produtores Rurais  
14 Irrigantes do Vale do Moxotó; José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, DICOP - Distrito de Irrigação do Projeto  
15 Cotinguiba/Pindoba; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do  
16 Rodeadouro; Luiz Gonçalves, por Raimundo Ferreira Marques, FEPAMG – Federação dos Pescadores  
17 Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais; Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro;  
18 José Maciel Nunes de Oliveira, FEPEAL - Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas; Renato Junio  
19 Constâncio, CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais; Lessandro Gabriel da Costa, ASF - Associação  
20 Ambientalista do Alto São Francisco; Sílvia Freedman Ruas Durães, Instituto Opará; Ronald de Carvalho  
21 Guerra, Instituto Guaicuy; Elias da Silva, ADESSUS – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de  
22 Miranda Pinto, FDA - Fórum de Defesa Ambiental; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização  
23 Sociocultural Amigos do Turismo e Meio Ambiente; Almacks Luiz da Silva - Consórcio de Desenvolvimento  
24 Sustentável da Diamantina; Aluísio Ferreira Gomes, FACAPE - Autarquia Educacional do Vale do São  
25 Francisco; Melchior Carlos do Nascimento, UFAL - Universidade Federal de Alagoas; Honey Gama Oliveira,  
26 OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil; Cláudio Pereira da Silva, Associação dos Quilombolas da Lagoa  
27 das Piranhas; Manoel Uilton dos Santos, Povo Tuxá - Rodelas/ BA; Astácio Correia Neto, Prefeitura Municipal  
28 de Lagoa da Prata; Edison Ribeiro dos Santos, SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia;  
29 Cláudio Alexandre Ayres da Costa, SEMARH/AL – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de  
30 Alagoas; José Luiz de Souza, MI - Ministério da Integração Nacional; Renato Dalla Lana, MME – Ministério de  
31 Minas e Energia, Paulo Henrique Siqueira Isobe, MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  
32 **Participaram os seguintes membros suplentes:** Eduardo Luiz Rigotto, COPASA – Companhia de  
33 Saneamento de Minas Gerais; José Roberto Valois Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas;  
34 Antônio José Machado Rocha, Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiros (no exercício da titularidade);  
35 Luiz Roberto Rodrigues Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Sonáli  
36 Cavalcanti Oliveira, CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (no exercício da titularidade); Antônio  
37 Eustáquio Vieira, MOVER – Movimento Verde de Paracatu; Regina Célia Greco Santos, Associação de  
38 Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará; Remir José dos Santos, Associação dos Pequenos Produtores  
39 Agrovila 18 (no exercício da titularidade); Dayse Maria Aparecida da Fonseca, Associação Comunitária dos  
40 Apicultores de Engenheiro Navarro (no exercício da titularidade); Wilson José da Silva, AMAPAR – Associação  
41 dos municípios da Microrregião do Alto Paranaíba (no exercício da titularidade); Josias Gomes Ribeiro Filho,  
42 CREA/MG – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (no exercício da titularidade);  
43 Artemízio Cardoso de Resende, CREA/SE – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;  
44 Cristiano Dias Carneiro, Prefeitura Municipal de Itaúna/MG; Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura Municipal  
45 de Penedo/AL (no exercício da titularidade); Breno Esteves Lasmar, SEMAD/MG – Secretaria de Estado de  
46 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (no exercício da titularidade); Bruno Jardim da Silva, SEMA/BA  
47 – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; Gustavo Silva Carvalho, SEMARH/AL – Secretaria de Meio  
48 Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas; Pedro de Araújo Lessa, SEMARH/SE – Secretaria de Meio  
49 Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Larissa Alves da Silva Rosa, MMA -  
50 Ministério do Meio Ambiente (no exercício da titularidade); Carlos Roberto dos Santos, FUNAI – Fundação  
51 Nacional do Índio (no exercício da titularidade). **Participaram também:** Rubens Madi, UNIT/ITP; Ana Cristina  
52 da Silveira, Rúbia Santos Barbosa Mansur, Célia Maria Brandão Fróes, Aberto Simon Schwartzman, Juliana  
53 Araújo e Pedro de Mendonça e Lima, AGB Peixe Vivo; Ricardo Follador Coelho, Wilton Mercês dos Santos,  
54 Delane Barros e André Luís Santana, Yayá Comunicação Integrada; Mário Leo de Oliveira Rodrigues; Ailton

55 Francisco da Fonseca; Heráclito Oliveira Azevedo; Luiz Carlos Sousa Silva, FNCBH; Thiago Vieira de Aragão e  
56 Douglas Falcão Wanderley, CHESF; Otacílio Ferreira, Grupo Zancanaro; Raimundo G. P. B., Grupo  
57 Bergamaschi; Débora de Oliveira Queiroz, Ângelo Lima e Maria T. Costa Nascimento, Instituto Gesois; Célio  
58 Costa Pinto, José Américo Pereira da Silva e Otoni Ricardo Benedito, IBAMA; Sérgio Silva de Araújo, UFS;  
59 Bruno Abi Saber Miguel, Ministério do Meio Ambiente; Flávia Simões F. Rodrigues, Agência Nacional de Águas;  
60 Eurival Silva Lima; Maria de Fátima C. de Sá, Wellington de Santana e Victor Almeida, SEMARH/SE; Kátia G,  
61 Infonet; Clécio Falcão, Márcio A. da Silva, Antônio Borges, CASAL; Kleyton Souza Lima, Governo de  
62 Pernambuco; Livia N. Tinôco e Martha Carvalho, MPF; Marcel Scarton, NEMUS, Roberto Farias, CTIL/CBHSF,  
63 Saulo Monteiro de Castro. A reunião Plenária iniciou, após atingir o quórum qualificado, com a cerimônia de  
64 abertura, informe sobre o tema da Plenária: “Eu Viro Carranca para Defender o Velho Chico” e composição da  
65 mesa com o Sr. Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, o Sr. Ailton Francisco da Rocha, Superintendente de  
66 Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, Sra. Flávia Rodrigues, Agência Nacional de Águas - ANA, Sr. Wagner  
67 Soares Costa, vice-presidente do CBHSF, Sr. José Maciel Oliveira Nunes, secretário do CBHSF, Sra. Silvia  
68 Freedman, secretária da CCR Alto SF, Sr. Cláudio Pereira, coordenador da CCR Médio SF, Sr. Manoel Uilton,  
69 coordenador da CCR Submédio SF e Sr. Luiz Carlos de Souza, coordenador do Fórum Nacional de Comitês de  
70 Bacias Hidrográficas - FNCBH. Com a palavra, o presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, declara aberta a  
71 XXIX reunião plenária ordinária do CBHSF, e convida a todos a ouvir o Hino Nacional. Após a execução do  
72 Hino, o Sr. Ailton Rocha é convidado a se pronunciar. Com a palavra, fala sobre a evolução do CBHSF nos  
73 últimos anos e sobre a crise hídrica. Parabeniza o CBHSF na condução dessa pauta e pelo clamor em se criar  
74 um grupo técnico para discutir a operação dos reservatórios. Chama a atenção para a discussão das vazões de  
75 entrega, em que se deve efetivar o Pacto das Águas e da necessidade de se aprimorar a questão da  
76 dominialidade das águas. Finaliza convidando a todos a participarem do trigésimo terceiro Simpósio de  
77 Recursos Hídricos do nordeste. O Sr. Alexandre Ayres, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de  
78 Alagoas, é convidado a compor a mesa. Na sequência, Anivaldo Miranda, fala sobre a criação do Grupo de  
79 Trabalho do São Francisco – GTSF relacionado às condições de operação dos principais reservatórios da  
80 bacia, diz que é um primeiro passo para a criação do Pacto das Águas. Fala também sobre o contexto desta  
81 reunião e sobre o fim do mandato 2013/2016 do CBHSF, em que conseguiram cumprir os compromissos  
82 assumidos. Elucida sobre os trabalhos desenvolvidos na atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e  
83 que este deve ser discutido dentro das Câmaras Consultivas Regionais - CCR. Explana sobre outras conquistas  
84 do CBHSF como: realização do I Simpósio de Pesquisadores da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco,  
85 investimentos em Planos Municipais de Saneamento Básico e revisão da metodologia de cobrança. Fala sobre  
86 o processo eleitoral em andamento e elogia o trabalho da mobilização social. Aproveita a oportunidade para  
87 esclarecer sobre a PEC 65/2012, que acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para assegurar a  
88 continuidade de obra pública com a mera apresentação do EIA – Estudo de Impacto Ambiental, e seus efeitos  
89 negativos para o sistema de proteção ambiental representando na prática o fim do licenciamento ambiental,  
90 além de informar a todos sobre a realização e participação do CBHSF no Encontro Nacional dos Comitês de  
91 Bacias Hidrográficas - ENCOB, a se realizar em julho em Salvador/BA. Na sequência, passa a palavra para o  
92 Sr. Alexandre Ayres, que parabeniza o Sr. Anivaldo Miranda pelo trabalho desenvolvido a frente do CBHSF e  
93 fala sobre a retomada e o fortalecimento dos principais comitês do Estado de Alagoas. Fala também sobre a  
94 questão da redução de vazões, em que o baixo São Francisco está sendo muito prejudicado. Diz que o Estado  
95 concorda com a redução, mas a União deve ter o compromisso de oferecer uma contrapartida para os gastos  
96 necessários com as readequações diante deste cenário, como por exemplo, as readequações dos sistemas de  
97 abastecimento. Finaliza dizendo que se deve priorizar a discussão sobre a ampliação das formas de geração de  
98 energia na bacia. Em seguida, Flávia Rodrigues, justifica a ausência do Diretor presidente da ANA, Sr. Vicente  
99 Andreu, que não pôde estar presente em função de compromissos já assumidos. Reitera a disposição da ANA  
100 em fortalecer a parceria com o CBHSF. Explana sobre a construção do Plano, em que a ANA está diretamente  
101 envolvida nos trabalhos, especificamente como membro do GAT – Grupo de Acompanhamento Técnico e da  
102 CTPPP – Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos do CBHSF. Agradece a oportunidade e passa a  
103 palavra para o Sr. Luiz Carlos de Souza, coordenador do FNCBH que reforça a importância do Rio São  
104 Francisco para o Estado de Sergipe. Fala sobre o ENCOB que será realizado nos dias 03 a 08 de julho de  
105 2016, em Salvador/BA. Na sequência, os demais membros da mesa realizaram seus pronunciamentos de boas  
106 vindas. O Sr. Sérgio Araújo é convidado pelo secretário do CBHSF para entregar ao presidente Anivaldo  
107 Miranda sua tese de doutorado, trabalho desenvolvido por ele durante cinco anos na região do baixo São  
108 Francisco, que trata sobre o modelo de apropriação a qual o rio tem se submetido. Após a mesa de autoridades

109 ser desfeita, o secretário do CBHSF, Maciel Oliveira, assume a condução dos trabalhos, dá boas vindas a todos  
110 e inicia o ponto de pauta dos informes. Ato contínuo passa a palavra para Débora Queiroz, representante do  
111 Instituto GESOIS, empresa contratada para realizar a mobilização do processo eleitoral de renovação dos  
112 membros do CBHSF. Após a apresentação, o secretário do CBHSF agradece a apresentação e informa que o  
113 prazo de encaminhamento da manifestação de interesse das prefeituras para que o CBHSF financie a  
114 elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico foi prorrogado para o dia 31 de maio de 2016. Informa  
115 sobre o andamento da contratação de consultoria para a atualização da metodologia de cobrança na Bacia  
116 Hidrográfica do rio São Francisco. Na sequência, passa a palavra para Leandro Nascimento, da Yayá  
117 Comunicação Integrada, para apresentar a Campanha “Eu viro Carranca para Defender o Velho Chico”. Este  
118 fala sobre o trabalho desenvolvido para a Campanha deste ano e de todo trabalho desenvolvido pela empresa  
119 ao longo dos quatro anos assessorando o CBHSF. Fala sobre a coletiva de imprensa da Campanha que será  
120 realizada no dia primeiro de junho, em Belo Horizonte. Faz o lançamento do vídeo da Campanha que será  
121 divulgado nas redes sociais. O secretário do CBHSF passa a palavra para o Sr. Remir Santos que faz a leitura  
122 do ofício que será encaminhado ao CBHSF, pedindo que o comitê disponibilize um veículo para cada  
123 coordenador de CCR, visando facilitar o trabalho dos mesmos. Na sequência, o secretário do CBHSF informa  
124 sobre o I Simpósio de Pesquisadores da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a ser realizado pelo comitê  
125 em parceria com a UNIVASF, nos dias 05 a 09 de junho de 2016, em Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Em seguida,  
126 o Sr. Maciel Oliveira, coloca em pauta a aprovação da ata da XVI Plenária Extraordinária e XXVIII Plenária  
127 Ordinária, ocorridas nos dias 09 e 10 de dezembro de 2015, em Salvador/BA. Após contribuições de Sonáli  
128 Cavalcanti, representante da CHESF, a ata foi aprovada. Em seguida deu-se o início da Mesa redonda  
129 “*Impactos Ambientais decorrentes da redução de vazão no rio São Francisco*”, na qual foram convidados a  
130 fazerem parte o Sr. Célio Pinto, Superintendente do IBAMA na Bahia, o Sr. Clécio Falcão, presidente da  
131 CASAL, o Sr. Luiz Carlos Sousa Silva, representante da DESO e como mediador o Sr. Anivaldo Miranda. O  
132 presidente do CBHSF faz um preâmbulo dizendo que o CBHSF tem a preocupação em discutir não apenas a  
133 quantidade, mas também a qualidade de água. Fala sobre o aparecimento da mancha no Lago de Xingó, que  
134 ocasionou a interrupção do abastecimento em alguns municípios em Alagoas. Reitera a importância desta  
135 discussão, pois qualidade de água interfere inclusive na saúde pública. Passa a palavra para o Sr. Célio Pinto,  
136 representante do IBAMA. Fala sobre as videoconferências que a ANA tem promovido para discutir a redução de  
137 vazões. Ressalta que o IBAMA adotou esse fórum como orientador de suas decisões e que o IBAMA não tem  
138 tomado nenhuma decisão isolada deste fórum. Destaca que uma das exigências que o IBAMA tem colocado  
139 para a CHESF em relação às licenças especiais para redução de vazão é o monitoramento contínuo da  
140 qualidade da água, mas que existem outros impactos associados, principalmente relacionados ao lançamento  
141 de esgoto no próprio reservatório do Lago de Xingó e na calha do rio São Francisco. Fala que a fiscalização  
142 deve ser combinada com a ANA e com os Estados. Explana também sobre as dificuldades orçamentárias,  
143 parcerias com a Fiscalização Preventiva Integrada - FPI, além de expor grande preocupação com a PEC 65.  
144 Dando sequência, o Sr. Clécio Falcão, relata as dificuldades que a CASAL tem tido com as reduções de vazão.  
145 O problema atingiu a população de todo semiárido do estado de Alagoas, principalmente na bacia leiteira, pois  
146 com a redução das vazões houve o rebaixamento de nível de água do rio São Francisco o que gerou um  
147 distanciamento dos pontos de captação, acarretando a necessidade de obras e serviços de readequação no  
148 sistema. Fala sobre os problemas de assoreamento do rio e da formação dos bancos de areia nas  
149 proximidades das captações, exigindo grandes investimentos. Relata sobre os problemas causados pelo  
150 aparecimento das cianobactérias e avanço da cunha salina, o que ocasiona a diminuição de horas de  
151 bombeamento. Diz que a redução das vazões poderia ser feita, desde que o governo federal aportasse  
152 recursos e desse apoio às companhias de saneamento, pois nenhuma delas tem condições de fazer esses  
153 investimentos com recursos próprios. Fala que a companhia de saneamento tem feito rodízio na distribuição de  
154 água e que se continuar dessa forma haverá um colapso. Alguns municípios foram abastecidos por meio de  
155 caminhões pipa. Finaliza dizendo que o problema é muito complexo, envolve abastecimento humano, usos  
156 prioritários e que não tem a devida atenção por parte do governo federal e passa a palavra ao Sr. Luiz Carlos,  
157 representante da DESO. Este agradece a oportunidade e fala que a decisão de redução de vazões não levou  
158 em conta os problemas socioeconômicos na região do baixo São Francisco. Informa que dos 71 municípios que  
159 a DESO atua 36 deles dependem do rio São Francisco. Diz que a vazão em 800 metros cúbicos por segundo é  
160 uma vazão muito pequena para atender as necessidades socioambientais do baixo São Francisco, além disso,  
161 o rio tem perdido força para adentrar ao mar, causando o problema de salinidade da água. Fala ainda sobre a  
162 presença de macrófitas aquáticas flutuantes (baronesas) que estão ocupando a margem do rio São Francisco.



163 Relata a oportunidade que teve de discutir a redução de vazões junto ao Senado Federal em 2014. Reitera que  
164 as companhias de saneamento não têm recursos para arcar com as obras necessárias. Finaliza explanando  
165 sobre a piora na qualidade das águas do rio São Francisco. Ato contínuo, a Dra. Martha Carvalho, Procuradora  
166 da República faz uma intervenção para falar sobre a atuação do Ministério Público Federal (regional Sergipe)  
167 em relação à ocupação em áreas de preservação permanente e ao saneamento básico na área sergipana da  
168 Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Fala sobre a ação civil pública movida por pescadores de Sergipe  
169 pedindo que o juiz determinasse a ANA e ao ONS que não mais se reduzisse as vazões até que se fossem  
170 feitos os estudos ambientais necessários para se verificar o real impacto, o juiz deu a liminar, mas o TRF  
171 cassou essa decisão e a vazão pôde ser reduzida, mas a liminar se manteve em relação aos estudos, neste  
172 sentido a ANA, o IBAMA e os demais estão obrigados a elaborar esses estudos. Aproveita a oportunidade e  
173 informa que haverá uma audiência pública sobre a PEC 65, no dia 06 de junho, às nove horas, na sede do  
174 Ministério Público Estadual. Com a palavra, o presidente do Comitê fala sobre a expedição patrocinada pelo  
175 CBHSF que fez um levantamento dos impactos da redução de vazões no baixo São Francisco, fala ainda que  
176 falta ao IBAMA liderar o processo, considerando que tem a tutela da questão de qualidade das águas. Fala da  
177 necessidade de se estabelecer novas regras de operação de reservatórios. Na sequência, a palavra é  
178 franqueada ao Sr. Roberto Lobo que relata sua preocupação com a PEC 65. Pergunta ao Sr. Célio Pinto qual é  
179 a vazão mínima que está na licença de operação da UHE de Xingó concedida no dia 12 de maio de 2016.  
180 Informa que a CASAL foi autuada pela FPI em Santana do Ipanema por que recebeu uma obra de esgotamento  
181 sanitário inacabada da CODEVASF. A DESO também recebeu obras inacabadas. Em seguida, a Sra. Sonáli  
182 Cavalcanti presta esclarecimentos diante do que foi colocado pelos debatedores. Fala que este é o quarto ano  
183 que a operação está sendo efetuada em uma situação de exceção, requerendo de todos os usuários  
184 adaptações e adequações para fazer frente a essa condição de baixo nível do rio São Francisco. Reitera que a  
185 situação poderia ser pior se não fossem os reservatórios do setor elétrico que existem na bacia. Informa que  
186 estamos no final do período úmido e hoje Sobradinho está com 28% do seu volume útil, que é preciso atuar  
187 para estabelecer procedimentos e ações para fazer frente a essa situação. O setor hidrelétrico gera energia  
188 para atender a sociedade. É necessário ampliar a visão para além das necessidades de cada um enquanto  
189 usuários, para enxergarmos a bacia como um todo e pensarmos em ações que, de fato, possam ser  
190 concretizadas para fazer frente à situação vivenciada na bacia. No que diz a respeito à mancha em Xingó e  
191 fazendo referência ao que o representante do Ibama falou, considerou que há que se observar a questão do  
192 saneamento, ressaltando que município lança esgoto no Reservatório de Xingó, e capta água desse mesmo  
193 reservatório para seu abastecimento. Também chamou a atenção para o fato de pouquíssimos municípios  
194 terem se inscrito para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento com recursos do CBHSF, conforme  
195 informou o secretário do Comitê. Na sequência, passa a palavra para o Sr. Thiago Aragão, do Departamento de  
196 Meio Ambiente da CHESF. Este esclarece que a floração algal de 2015 não teve qualquer vínculo com o  
197 descarrego de água do reservatório de Delmiro Gouveia. Fala que as florações algais tem total vínculo com o  
198 aporte de nutrientes oriundos de lançamentos de esgoto de forma difusa ou localizada. Após mais explicações,  
199 o Sr. Roberto Lobo pede a palavra e diz que o que ocorreu é que a descarga de fundo da barragem foi um  
200 “gatilho” para a formação da grande mancha do Lago de Xingó. Em resposta à pergunta, o Sr. Célio Pinto  
201 informa que a vazão que consta na licença é de mil e trezentos metros cúbicos por segundo, diz que existe uma  
202 autorização especial de oitocentos metros cúbicos por segundo, que está em vigor, mas ela tem caráter  
203 temporário devido a excepcionalidade da situação. Após o intervalo do almoço, o debate foi retomado. Com a  
204 palavra o Sr. Almacks Silva informa que a OAB Nacional analisará a possibilidade de ingressar com ação civil  
205 pública cobrando do poder público a recuperação e a preservação da bacia hidrográfica do rio São Francisco,  
206 afetada pela transposição de suas águas. Propõe que a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC do  
207 CBHSF analise a possibilidade da revisão da outorga dos reservatórios. Com a palavra, o Sr. Luiz Dourado faz  
208 críticas ao ONS e ao município de Paulo Afonso/BA que recebe recursos financeiros oriundos da CFURH e  
209 lança esgoto sem tratamento diretamente no rio. Protocola com o representante do IBAMA uma proposta  
210 solicitando a compensação de linha de transmissão de Morro do Chapéu/BA em prol da bacia do São  
211 Francisco, sub-bacia dos rios Jacaré, Verde e Salitre. Entrega também uma denúncia sobre a empresa Namisa  
212 que ameaça a região do Rio das Velhas, no alto SF. Após demais contribuições e discussões, o Sr. Célio Pinto  
213 responde aos questionamentos apresentados e explana sobre os encaminhamentos relacionados aos  
214 documentos recebidos. Na sequência, os participantes da mesa fazem suas conclusões. O Sr. Maciel Oliveira  
215 conclui informando que o Ministério Público da Bahia está fazendo um levantamento das obras inacabadas para  
216 posterior responsabilização. O presidente do CBHSF faz suas considerações finais e passa para o próximo

217 ponto da pauta que é a discussão sobre a Deliberação que aprova o conjunto de propostas apresentadas ao  
218 Grupo de Trabalho do São Francisco - GTSF relacionados às condições de operação dos principais  
219 reservatórios da bacia do rio São Francisco. Após a leitura da minuta da deliberação, o diretor técnico da AGB  
220 Peixe Vivo, Alberto Simon, foi chamado para explicar sobre o processo de construção da Deliberação. Este  
221 informa que o CBHSF propôs que se discutisse a operação de reservatórios não apenas em caráter  
222 emergencial. A ANA, atendendo à reivindicação do CBHSF, criou o GTSF, formado pela ANA, Órgãos Gestores  
223 Estaduais que compõem a bacia e o CBHSF. Foi solicitado ao CBHSF que apresentasse suas proposições.  
224 Explana sobre cada um dos pontos apresentados na deliberação. Passa a palavra ao presidente do comitê que  
225 contribui para a explicação do conteúdo da deliberação e abre para discussão do Plenário. O Sr. José Luiz e a  
226 Sra. Sonáli Cavalcanti explanam a preocupação com a descrição da deliberação que fala em desconsiderar os  
227 atuais níveis mínimos operacionais dos reservatórios, dentre outras questões. A Sra. Sonáli Cavalcanti  
228 contribuindo para o entendimento da razão da deliberação, explicou que a ANA tem dentre as suas  
229 competências, definir e fiscalizar as condições de operação dos reservatórios e, no caso do Setor Elétrico, faz  
230 isso em articulação com o ONS, que por sua vez se articula com as concessionárias. A ANA no desempenho de  
231 sua função criou o GTSF composto por estados e o CBHSF, face à necessidade que se apresentou com a  
232 baixa hidraulicidade de se definir procedimentos. Expressando que espera que em breve seja a CHESF,  
233 chamada a participar, elogiou a postura da diretoria do CBHSF em trazer para o plenário as posições que  
234 adotou nas discussões do GTSF, sugerindo que algumas questões devem ser revistas. Após demais  
235 explicações e debates entre os membros do comitê, a deliberação, com aprimoramento na redação, foi  
236 colocada em votação. A deliberação foi aprovada, com dois votos contrários (Ministério da Integração Nacional  
237 e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e três abstenções (CHESF, CEMIG e IBRAM). Na  
238 sequência, o secretário do CBHSF informa sobre a necessidade de inversão de item da pauta, para que seja  
239 apresentado pelos senhores Fernando Oliveira e Leonardo Almeida, da ANA, o “Modelo de gestão integrada e  
240 compartilhada do sistema aquíferos cársticos e fissuro-cársticos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”.  
241 Estes falam sobre a base legal, base técnica e sobre a bacia hidrográfica do rio São Francisco. Apresentam os  
242 estudos hidrogeológicos do Sistema Aquífero Urucua e Estudos Hidrogeológicos dos Aquíferos Cársticos e  
243 Fissuro-Cársticos da região do São Francisco. Demonstram cenários de interação das águas superficiais do rio  
244 com o aquífero. Falam da interferência das explorações excessivas na diminuição do escoamento de base dos  
245 rios. Alguns resultados dos estudos do Sistema Aquífero Urucua (SAU): a contribuição média do SAU para o  
246 Rio São Francisco é de 30% da vazão média natural em Sobradinho; Contribuição do SAU para o Rio São  
247 Francisco alcança entre 80 e 90% na estiagem (agosto a outubro); contribuição média do SAU para o Rio  
248 Tocantins é de 5%. Finalizam reiterando que deve haver gestão integrada entre as águas subterrâneas e  
249 superficiais. O secretário do CBHSF agradece a apresentação e abre espaço para discussões e perguntas.  
250 Após esclarecimentos por parte dos representantes da ANA, o presidente do CBHSF conclui a discussão,  
251 transfere os demais itens de pauta para o dia seguinte devido ao avançar da hora e encerra os trabalhos. No  
252 dia 20 de maio de 2016, às 08h30m iniciou-se o segundo dia de reunião. Na abertura dos trabalhos, o vice-  
253 presidente, Wagner Costa, faz a inversão de pauta e inicia com o informe sobre o Procedimento de Conflito de  
254 Uso de Água na região do Açude do Zabumbão, em Paramirim/BA. O relator do procedimento, Sr. Luiz  
255 Dourado, explana sobre o conflito demandado pelo CBH Paramirim e Santo Onofre (CBH PASO) que é  
256 contrário a um projeto idealizado pelo governo da Bahia para retirar água do reservatório do Zabumbão com o  
257 objetivo de triplicar o abastecimento de água na região do Vale do Paramirim. O reservatório é federal, de  
258 propriedade da CODEVASF. As partes foram chamadas para conciliação, houve a tentativa de promover um  
259 acordo, porém, o mesmo não foi estabelecido. O conflito está sendo encerrado e o Parecer final com as  
260 recomendações será elaborado e apresentado futuramente à CTIL e ao Plenário do CBHSF. O secretário do  
261 CBHSF informa que todos os procedimentos de conflito de uso estão integralmente disponíveis no site do  
262 CBHSF. Pede que se registre que a CHESF entregou para todos da plenária o relatório sobre o setor elétrico e  
263 o pagamento pelo uso dos recursos hídricos atualizado em maio de 2016. Ainda com a palavra, passa para o  
264 próximo ponto da pauta: apresentações das Câmaras Consultivas Regionais - CCR. O Sr. Antônio Eustáquio,  
265 representante da CCR Alto SF, faz apresentação sobre o projeto: “Nascentes do Paracatu”, cujo objetivo é  
266 proteger as nascentes e veredas por meio do cercamento e monitorar quinzenalmente. Na sequência, o  
267 secretário do CBHSF pede que seja registrado em ata que seja cumprido o regimento interno, pois o  
268 coordenador da CCR Alto São Francisco não comparece a duas reuniões plenárias, e que o mesmo deve ser  
269 notificado. Na sequência, o Sr. Cláudio Pereira apresenta as ações que a CCR Médio tem desenvolvido e  
270 participado: reuniões de mobilização, campanha “Todos Somos Chico”, Seminário de reconhecimento dos

271 direitos de povos e comunidades tradicionais do Médio São Francisco, Romaria da Terra e das Águas,  
272 cerimônia de lançamento da novela Velho Chico da Rede Globo, consultas públicas do Plano de Recursos  
273 Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, inauguração do sistema de abastecimento de água da  
274 comunidade quilombola Lagoa das Piranhas, Seminários de entrega e de implementação de projetos  
275 hidroambientais do CBHSF, II Seminário quilombola da Bacia do São Francisco, reuniões plenárias dos CBHS  
276 Afluentes, dentre outros. Fala dos projetos hidroambientais da região. Em seguida, o Sr. José Cisino, membro  
277 da CCR Médio, fala sobre os estudos de viabilidade e do plano diretor de desenvolvimento da região do Vale do  
278 Rio Grande, desenvolvido pelo Ministério do Interior - SUVALE e explana sobre a atuação da irrigação na  
279 região do médio SF. Fala que irá reunir com os comitês de bacia da região para adequar o plano de irrigação  
280 em função da disponibilidade de água. Na sequência, o Sr. Honey Gama convida a todos para participarem da  
281 audiência pública a se realizar no dia 06 de junho às 18h, na plenária da OAB – Sergipe, sobre a PEC 65 e  
282 pede que o CBHSF faça um movimento contrário a aprovação da PEC. O Sr. Breno Lasmar, fala sobre as  
283 normas estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais em relação à restrição do uso da água em casos de  
284 escassez. Na sequência, a Sra. Silvia Freedman pede que seja reconsiderada a afirmativa do secretário do  
285 comitê em relação à ausência do coordenador da CCR Alto São Francisco, pois o suplente do mesmo esteve  
286 presente em todas as reuniões nas quais o coordenador não pôde comparecer. Ainda com a palavra fala sobre  
287 a execução de projetos hidroambientais, planos de saneamento na região do Alto SF e informa que foi  
288 aprovado, no âmbito da Câmara Consultiva, o projeto de produção de mudas da região de Patos de Minas. Na  
289 sequência, o secretário do comitê passa a palavra para o Sr. Manoel Uilton que faz apresentação sobre as  
290 ações da CCR Submédio: projetos hidroambientais, planos de saneamento, visitas técnicas e reuniões da  
291 câmara. Informa que os municípios de Petrolina/PE e Santa Maria da Boa Vista/PE instituíram o dia 3 de junho  
292 no calendário de eventos municipais como Dia de Defesa do Velho Chico. Fala também do recebimento de  
293 Moções de Aplausos de Petrolina/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE e da Assembleia Legislativa de  
294 Pernambuco. Fala sobre a Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais - CTCT, que durante a gestão de três  
295 anos realizou apenas duas reuniões e de fato não foi instalada, pede que a mesma seja mais valorizada. Na  
296 sequência, a Sra. Rosa Cecília faz apresentação das ações da CCR Baixo São Francisco, como projetos  
297 hidroambientais, reuniões, oficinas, seminários, mobilizações para o processo eleitoral e acompanhamento das  
298 ações da Fiscalização Preventiva Integrada - FPI. Informa que a CCR Baixo tem uma comissão que acompanha  
299 todos os projetos hidroambientais e faz uma explanação mais detalhada dos mesmos. Após demais  
300 considerações, o secretário do CBHSF passa a palavra para a Sra. Regina Greco, coordenadora do Grupo de  
301 Acompanhamento Técnico - GAT do CBHSF para apresentar sobre a atualização do Plano de Recursos  
302 Hídricos. Esta explana sobre as fases de construção do plano: 1. Mobilização e plano de trabalho; 2.  
303 Diagnóstico da bacia; 3. Cenários e prognósticos; 4. Visão e governança (em curso); 5. Finalização do plano  
304 (em curso). Explica a proposta da nova divisão fisiográfica da bacia que foi aprovada pelo GAT e diretoria do  
305 CBHSF. Mostra, através de mapas, a disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas. Fala sobre o  
306 diagnóstico da dimensão da participação social e eixos de atuação: 1. qualidade da água e saneamento; 2.  
307 quantidade de água e usos múltiplos, 3. biodiversidade e requalificação ambiental, 4. governança da bacia e 5.  
308 educação ambiental, comunicação e mobilização social. Finaliza explicando os cenários para bacia, o arranjo  
309 institucional (aprimoramento para a gestão das águas: Pacto das Águas) e as próximas etapas. O Sr. Maciel  
310 Oliveira informa que há um *hotsite* específico do Plano de Recursos Hídricos, em que constam os relatórios já  
311 aprovados. A Sra. Larissa Rosa pergunta o que é requalificação ambiental, e que infelizmente a revitalização  
312 não está contemplada como eixo prioritário. Para encerrar a pauta, o Sr. Maciel Oliveira, secretário do CBHSF  
313 coloca em discussão a definição do local a se realizar a próxima plenária ordinária do CBHSF. Após votação, o  
314 município de Belo Horizonte/MG é escolhido. Na sequência, apresenta a Moção, pendente de aprovação, que  
315 encaminha recomendações ao Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria Geral da União - CGU e  
316 Ministério Público Federal - MPF descritas no parecer final da CTIL relativo ao Procedimento de Conflito de Uso  
317 nº 01/2014. Após a leitura da Moção e de melhorias na redação a Moção é aprovada, com dois votos contrários  
318 da CHESF e do MME, e uma abstenção. Na sequência, o Sr. José Bonifácio faz leitura de proposta de Moção  
319 que pede a volta da sede da CODEVASF para a cidade de Propriá/SE. A Moção foi aprovada com um voto  
320 contrário e oito abstenções. Ao final, o Sr. Wagner Costa, vice-presidente do CBHSF agradece a presença de  
321 todos e declara encerrada a XXIX Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Ata**  
322 **da XXIX Plenária Ordinária do CBHSF aprovada na XXX Plenária Ordinária do CBHSF, realizada em Belo**  
323 **Horizonte/MG em 15 de setembro de 2016.**